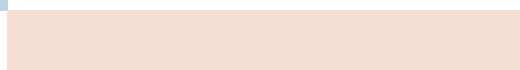




Projeto Educativo

Agrupamento de Escolas da Louçã

2016-2018



Projeto Educativo

Agrupamento de Escolas da Lousã

Conteúdo

Introdução.....	2
1. Caracterização do meio e do Agrupamento Escolar	3
1.1. As origens e caracterização do Agrupamento de Escolas da Lousã	3
1.2. Distribuição geográfica do AEL.....	5
1.3. Contexto histórico-geográfico	5
1.4. Contexto demográfico e socioeconómico	6
2. Visão e Missão.....	9
3. Organização Escolar	9
4. Diagnóstico.....	11
4.1. Pontos fortes.....	11
4.2. Pontos fracos.....	13
4.3. Oportunidades.....	13
4.4. Ameaças/constrangimentos	14
5. Princípios orientadores/metas e objetivos.....	15
5.1. Princípios orientadores/metas	15
5.2. Objetivos.....	15
5.3. Medidas a adotar para a consecução dos princípios/metas e objetivos propostos.	17
6. Parcerias	20
7. Avaliação	21
8. Divulgação.....	22
9. Anexo	23

Lista de Siglas

AEL – Agrupamento de Escolas da Lousã

ASE – Ação Social Escolar

CPCJL – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - Lousã

DE – Desporto Escolar

DT – Diretor de Turma

DTT – Docente Titular de Turma

NUTS – Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

PAA – Plano Anual de Atividades

PNC – Plano Nacional de Cinema

PNL – Plano Nacional de Leitura

PPES – Projeto de Promoção e Educação para a Saúde

POCH – Programa Operacional Capital Humano

SPO – Serviços de Psicologia e Orientação

Introdução

Ao longo do século XX, a Escola alargou-se à totalidade da população. A massificação do ensino e conseqüente acentuação da diversidade social, cultural e instrutiva dos alunos e seus agregados familiares têm contribuído para o aumento da complexidade desta organização, exigindo novos desafios e a procura de soluções que dignifiquem a sua função e sejam capazes de transformar a escola cada vez mais num lugar de aprendizagem de convivência social, não limitado, unicamente, à transmissão de saberes, ao ensino, mas com funções educativas amplas, nomeadamente, no âmbito da formação da personalidade, da interiorização de valores e princípios e da educação na cidadania e na democracia.

Numa sociedade em mudança – rápida e profunda – a Escola, enquanto produto de novas realidades, deverá adaptar-se aos constantes desafios, procurando soluções que dignifiquem a sua função essencial – ser agente de educação e formadora para a qualificação e competência de futuros intervenientes sociais.

Queremos formar cidadãos livres, conscientes, responsáveis, idóneos, preparados para a vida cívica e profissional, preconizando-se, assim, um clima escolar aberto e participativo, no qual todos os intervenientes da comunidade educativa sejam reconhecidos e o seu potencial desenvolvido.

Tendo em conta estas premissas e partindo da identificação das potencialidades e das dificuldades deste Agrupamento, o Projeto Educativo é o documento base na definição de princípios orientadores e de objetivos a atingir que determinam o rumo a seguir na organização de todas as atividades escolares, operacionalizadas pelo Plano Anual de Atividades, atendendo à realidade concreta do Agrupamento e ao meio em que se insere.

1. Caracterização do meio e do Agrupamento Escolar

Cientes de que um cidadão por inteiro só se forma quando a família, a escola e a comunidade interagem, torna-se pertinente que um Projeto Educativo de Escola comece por caracterizar os recursos geográficos, demográficos, socioeconómicos e humanos em que ela se insere.

1.1. As origens e caracterização do Agrupamento de Escolas da Lousã

Em 27 de outubro de 1966, abre na Lousã uma secção da Escola Industrial e Comercial Avelar Brotero, de Coimbra, tendo o professor Antonino Henriques como diretor. Entre 1967/1968, o Ciclo Preparatório funcionou em instalações arrendadas – edifício do Colégio de Santo António – dependendo administrativamente da Escola Técnica Avelar Brotero. Em setembro de 1971, a secção da Brotero na Lousã autonomizou-se e converteu-se em Escola Técnica da Lousã, com Carlos Antero como diretor.

Entre janeiro e fevereiro de 1972 foi inaugurada a Escola Preparatória Carlos Reis, onde passa a funcionar o ciclo preparatório, em edifício cedido pelo senhor José Redondo, na Estrada do Penedo (instalações atuais da Escola Profissional da Lousã), tendo como diretora a professora Graciete Sandinha. Em novembro de 1984 o Ciclo Preparatório instalou-se na atual Escola Básica n.º 2 da Lousã, na altura com a designação de Escola do Ensino Básico dos 2º e 3º Ciclos, por Despacho Ministerial de maio de 1995. Em abril de 1987, a Escola Secundária da Lousã ocupa o edifício sito na Rua Dr. Antonino Henriques, onde atualmente se encontra.

No ano letivo 2003/2004 verificou-se a constituição do Agrupamento Único de Escolas da Lousã, com a integração de todas as escolas de Pré-escolar e 1º ciclo do Concelho e com sede na então denominada Escola Básica 2,3 da Lousã, mantendo-se a Escola Secundária da Lousã autónoma. Este primeiro agrupamento duraria apenas um ano.

Em outubro de 2004, constituem-se dois agrupamentos, como previa a Carta Educativa: um, vertical, Agrupamento de Escolas da Lousã, constituído pela Escola Básica 2,3 da Lousã, algumas escolas de 1.º ciclo e pré-escolar; outro, horizontal, integrando apenas 1.º ciclo e pré-escolar, designado por Álvaro Viana de Lemos. Este último seria extinto em julho de 2010, pela Direção Regional de Educação do Centro; os estabelecimentos de ensino foram reintegrados no Agrupamento de Escolas da Lousã.

Em abril de 2012 efetuou-se a fusão entre a Escola Secundária da Lousã e o Agrupamento de Escolas da Lousã, resultando no atual Agrupamento de Escolas da Lousã.

No início do ano letivo de 2014/2015 foi inaugurada uma nova escola no concelho da Lousã, que veio a integrar o novo agrupamento, obrigando a uma distribuição dos níveis de ensino e restantes serviços, centralizados na escola-sede, que é a Escola Secundária da Lousã.

Atualmente, o Agrupamento de Escolas da Lousã é constituído por nove estabelecimentos de ensino, nomeadamente: a Escola Secundária (sede do agrupamento – Ensino Secundário e 3.º Ciclo do Ensino Básico); a Escola Básica n.º 1 (com 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico); a Escola Básica n.º 2 (com 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico); duas escolas básicas com 1.º ciclo (Escola Básica de Santa Rita c/ Jardim de Infância e Escola Básica de Casal de Santo António, em Serpins) e cinco jardins-de-infância (Jardim de Infância da Escola Básica de Santa Rita; Jardim de Infância da Lousã; Jardim de Infância das Fontainhas; Jardim de Infância do Freixo; Jardim de Infância de Serpins).

1.2. Distribuição geográfica do AEL

A distribuição geográfica dos estabelecimentos escolares pode ser observada no mapa que se segue.

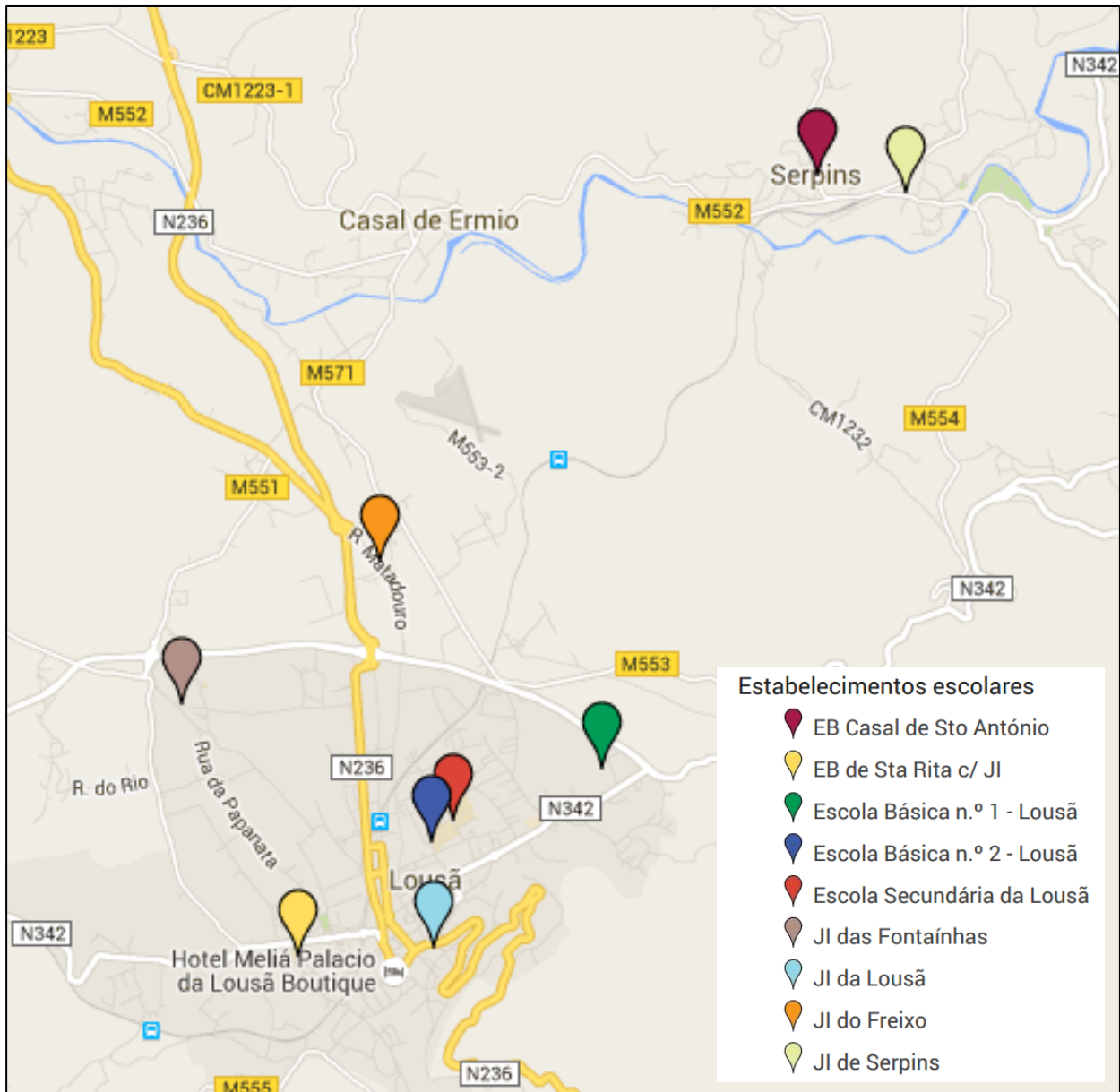


Figura 1- Localização geográfica das escolas do AEL (Fonte: Google Maps)

1.3. Contexto histórico-geográfico

O concelho da Lousã situa-se na Região Centro de Portugal, distando 28 km de Coimbra. Ocupa uma área territorial de 139,16 km² e é constituído por quatro freguesias: Foz de Arouce e Casal de Ermio, Gândaras, Lousã e Vilarinho e Serpins.

O património paisagístico é muito rico. Avista-se a Serra da Lousã, os rios Ceira e Arouce, a Bacia topográfica da Lousã e a Serra de Sacões.

O concelho tem uma localização privilegiada na Região Centro, próxima da rede viária de distribuição nacional – EN17 e ligações à A1 (Norte/Sul) e aos IC6 e IC7 (Litoral/Interior).

Desde janeiro de 2015 o concelho da Lousã passou a integrar a NUTS III - Região de Coimbra, em consequência da última alteração comunitária dos limites estatísticos territoriais.

A vila, que dá o nome ao município, mantém o aspeto senhorial, marcado pelo estilo arquitetónico das suas casas brasonadas dos séculos XVIII e XIX.

Apesar do crescimento urbanístico da última década, verifica-se a coexistência entre o novo e o histórico. Destaque especial merecem o castelo que remonta ao séc. XI, classificado como monumento nacional, e o pelourinho. Ainda de mencionar a Igreja Matriz, a Capela da Misericórdia e o Santuário da Senhora da Piedade. Escondidas na serra, são de visita obrigatória, as belas aldeias de xisto.

No concelho existem associações culturais tais como bandas filarmónicas, grupos folclóricos e corais, bem como órgãos de comunicação social como os jornais Trevim e Voz de Serpins. Dispõe, ainda, de uma Biblioteca Municipal, onde funciona o Espaço-Internet, um Cineteatro, vários Museus, uma Oficina de Segurança e equipamentos desportivos (piscinas, pavilhões, campos de jogos, entre outros). De salientar, também, os clubes desportivos de várias modalidades.

1.4. Contexto demográfico e socioeconómico

De acordo com os dados censitários de 2001 o concelho da Lousã apresentava, aproximadamente, 16 000 habitantes. Este valor aumentou ligeiramente nos dez anos seguintes, verificando-se o número de 17 604 habitantes em 2011. Ainda com base nos Censos de 2011, 15,8% da população lousanense (2780) tinha menos de quinze anos, tendo este valor especial relevância pois corresponde ao número de jovens abrangidos pelo ensino obrigatório em 2015.

No que concerne aos alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário, o número total situava-se nos 3095 alunos em 2009, tendo-se reduzido para 2742 alunos em 2013 e situando-se nos 2287 alunos no ano letivo de 2015/16. Esta redução é, particularmente, alarmante no ensino pré-escolar, no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, como se pode observar no gráfico que se segue. Assim, enquanto a variação total do número de alunos matriculados na Lousã, entre os anos de 2009 e 2014, foi de -25%, no ensino pré-escolar a variação situou-se em -37%, no 1.º ciclo do ensino básico em -9%, no 2.º ciclo do ensino básico em -7%, no 3.º ciclo do ensino básico em -23% e no ensino secundário em -42%.

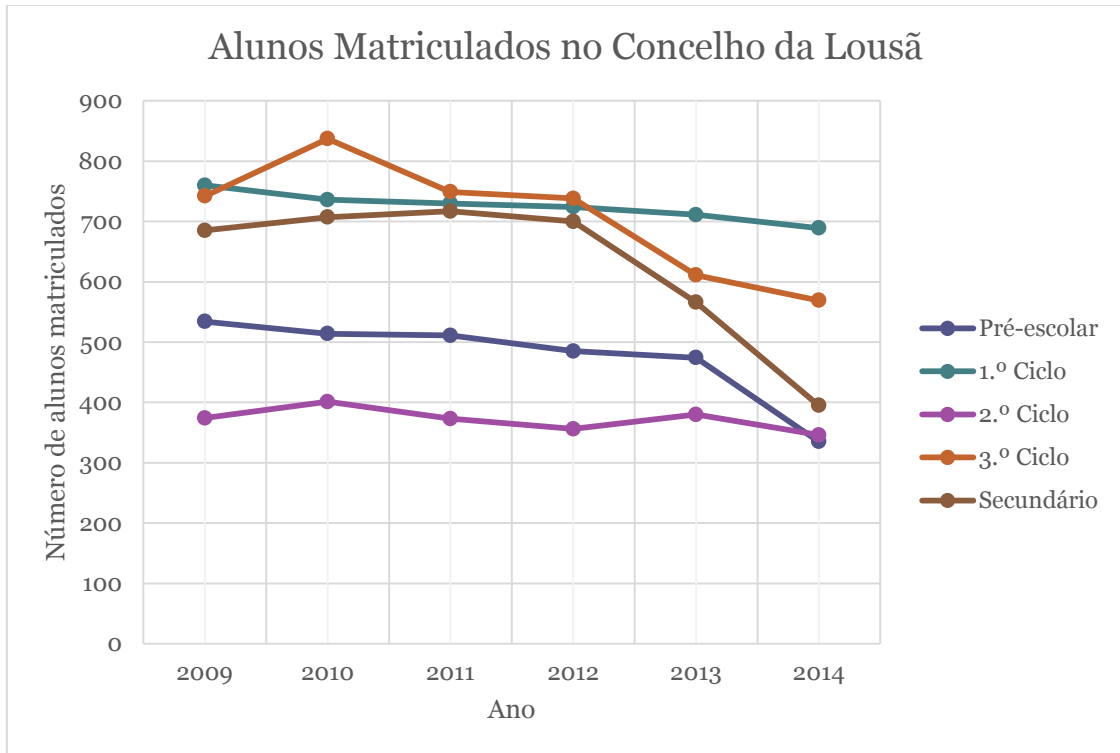


Figura 2 - Alunos matriculados na Lousã (Fontes de Dados: DGEEC/MEC - Recenseamento Escolar; Fonte: PORDATA; Relatório Final do balanço anual de atividades do AEL - dados de 2014)

Como é evidente, o crescimento populacional verificado nas últimas décadas trouxe grandes alterações: a maioria dos residentes já não se dedica à agricultura e pastorícia, ou fá-lo em regime pós-laboral; o setor secundário desenvolveu-se bastante, sobretudo no domínio da construção civil. Continuam a ter relevância o fabrico de papel e de material elétrico, as artes gráficas, os têxteis, a madeira, a alimentação, entre outros; o setor terciário foi o que mais se expandiu: administração pública, serviços, bancos, seguros e comércio.

No entanto é de salientar que, se muitos habitantes dos concelhos limítrofes se deslocam à Lousã para aqui desenvolverem as suas atividades profissionais, também é verdade que muitas centenas de residentes nesta vila saem todas as manhãs a caminho de Coimbra para só regressar à noite, tendendo a transformá-la num dormitório, com todos os inconvenientes que daí advêm, nomeadamente o facto de os alunos permanecerem entregues a “si próprios”, praticamente durante todo o dia.

Relativamente ao agregado familiar, a dimensão média das famílias reduziu-se em 2011 para 2,5 elementos, aumentando o número de famílias monoparentais. Em relação ao nível de escolaridade, em 2011, cerca de 3,3% da população era analfabeta, sendo que 1314 habitantes com 15 ou mais anos de idade não possuíam habilitações escolares. Por outro lado, 14,0% da população tinha o nível secundário completo e perto de 10,0% (1720 habitantes) tinha um nível de escolaridade superior, o que equivale a mais do dobro do que em 2001.

Os processos de crescimento económico das últimas décadas não conseguiram erradicar a pobreza e a exclusão social no concelho. Estas não só persistem nas suas formas tradicionais, como assumem novas manifestações e modalidades específicas da região, das formas de organização social e económica e do nível de desenvolvimento. Neste âmbito, registou-se, em 2007, uma tendência para o aumento da procura ao nível da Ação Social Concelhia. Este indicador poderá estar correlacionado com o acréscimo de situações de desemprego.

O concelho da Lousã segue a tendência de terciarização, igualmente observada a nível nacional, ainda que se observe um ligeiro aumento de ativos colocados no setor secundário, comparativamente ao setor primário, que tem vindo a diminuir.

No que respeita ao setor primário, este desempenha, em termos de empregabilidade, uma posição residual, não se registando oscilações no período entre 2001 e 2007, o que significa tratar-se de um setor em fase de estagnação.

Para além do Agrupamento de Escolas da Lousã, o concelho dispõe de uma Escola Profissional, um centro de formação profissional, Jardins de Infância da rede privada e, também, várias cooperativas e associações recreativas, culturais e desportivas, bem como uma associação empresarial. Salienta-se uma instituição de excepcional valor, a ARCIL, Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã. Existem, ainda, instalações desportivas para a prática de variadas modalidades: futebol, rãguebi, natação, andebol, basquetebol, voleibol, atletismo e ginástica.

A Câmara Municipal, através do seu Pelouro da Cultura e Educação, mantém um papel interventivo, que se traduz em parcerias de índole diversa.

2. Visão e Missão

Pretende-se que o Agrupamento de Escolas da Lousã seja reconhecido regionalmente como uma instituição de referência:

- pela qualidade ao nível do ensino ministrado;
- pela formação de cidadãos responsáveis e empreendedores;
- pelo desenvolvimento de práticas educativas inovadoras;
- pela relevância e qualidade das atividades que desenvolve;
- pela diversificação da sua oferta educativa;
- pela transparência de procedimentos;
- pela promoção de parcerias;
- por privilegiar a inclusão e a igualdade de oportunidades.

A missão do Agrupamento deve ser a de contribuir para um melhor futuro de todos os alunos, apostando na formação global do indivíduo, através de uma oferta educativa diversificada e apelativa, proporcionando uma integração efetiva no mundo atual, no sentido de assegurar o direito de uma educação para todos, garantindo a igualdade de oportunidades, no acesso, na frequência e no sucesso e valorizando a inclusão, a cooperação, a responsabilidade, o espírito crítico e empreendedor, divulgando eficazmente a sua ação.

3. Organização Escolar

A estrutura organizacional do AEL é demonstrada através do organograma que se segue, onde se evidenciam a hierarquia e lideranças intermédias.

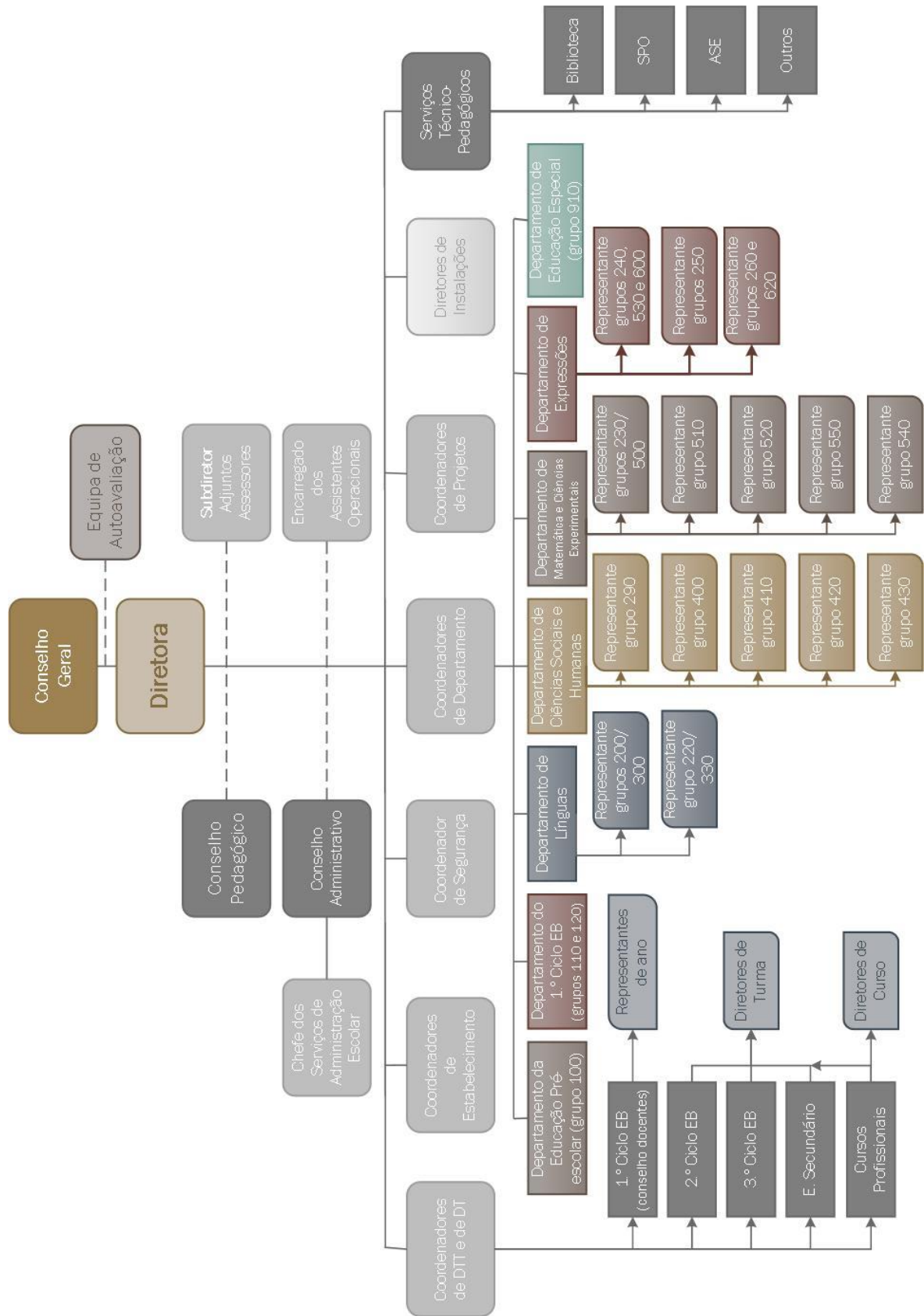


Figura 3 - Organograma do Agrupamento de Escolas da Louã

4. Diagnóstico

A análise SWOT permite identificar, em termos de ambiente interno, os pontos fortes (*Strengths*) e fracos (*Weaknesses*) e as oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*), relativas ao ambiente externo.

4.1. Pontos fortes

São considerados pontos fortes os atributos da organização que ajudam a alcançar os seus objetivos. De entre estes, salientam-se os seguintes:

- bom clima de relacionamento escolar;
- corpo docente estável, experiente e dedicado;
- pessoal não docente empenhado;
- motivação e mobilização das Associações de Pais e Encarregados de Educação para a participação ativa na vida das escolas;
- acréscimo do envolvimento dos encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos;
- oferta educativa diversificada;
- reduzido abandono escolar, no 3.º ciclo, com valores residuais;
- apoio voluntário dos docentes para preparação dos alunos para os exames nacionais;
- resultados obtidos nos exames nacionais, na maioria das disciplinas, superiores às médias nacionais;
- elevada taxa de alunos que ingressam no ensino superior;
- definição de metas de sucesso académico, por disciplina e ano de escolaridade, enquanto estratégia de monitorização e regulação dos processos de ensino-aprendizagem;
- definição de critérios gerais de avaliação e de critérios específicos, por disciplina;
- reconhecimento do mérito e sucesso dos alunos;
- desenvolvimento de projetos de reconhecido mérito, com atribuição de prémios;
- participação em concursos/programas/projetos de âmbito local, nacional e internacional;
- apresentação de candidaturas ao programa Erasmus+ no âmbito do desenvolvimento profissional docente (KA 1) e da formação dos jovens (KA 2);
- dinamismo das atividades no âmbito dos projetos de Desporto Escolar, Promoção e Educação para a Saúde, Plano Nacional de Leitura, Plano Nacional de Cinema, Parlamento dos Jovens, Ciência na Escola, eTwinning, SeguraNET, Ecoescolas, Heróis da Fruta, ...;

- dinamismo da Biblioteca Escolar nas ações desenvolvidas e sua integração na rede de bibliotecas;
- plano de atividades da Rede de Bibliotecas Escolares de proximidade com as escolas do Agrupamento;
- colaboração ativa com a autarquia, designadamente, no apoio ao funcionamento do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico e restantes níveis de ensino;
- capacidade de mobilização e de concretização de parcerias/protocolos com entidades públicas e privadas, com impacto muito positivo no serviço educativo prestado e proporcionando uma maior visibilidade e reconhecimento do Agrupamento;
- disponibilidade das empresas/entidades concelhias para colaborar com o Agrupamento proporcionando estágios de formação;
- funcionamento do Gabinete de Apoio ao Aluno (GAAL), do Gabinete do Aluno (GA) e do Gabinete de Apoio ao Jovem (GAJ);
- funcionamento do Centro de Ocupação Juvenil (COJ), Atividade de Tempos Livres (ATL) e Espaço J;
- modelo de inclusão e integração dos alunos;
- adequado acompanhamento dos alunos com necessidades educativas especiais, com reflexos positivos na sua inclusão;
- dinâmica do trabalho desenvolvido nas unidades de apoio especializado (unidades de multideficiência e de ensino estruturado);
- acolhimento de alunos provenientes de contextos socioculturais desfavorecidos, numa perspetiva de inclusão social;
- promoção de hábitos de leitura;
- promoção de estilos de vida saudáveis;
- diminuição do desperdício ao nível de refeições servidas no refeitório;
- plataforma de Gestão Integrada de Administração Escolar (GIAE);
- apresentação de candidaturas a medidas do POCH para financiamento no âmbito do Fundo Social Europeu;
- execução física e financeira das candidaturas aprovadas pelo POCH sem recurso a entidades externas;
- cultura de segurança através da implementação dos Planos de Evacuação e Emergência em todos estabelecimentos de ensino;
- recursos na área de informática;

- generalização do uso do cartão eletrónico;
- existência de espaços verdes agradáveis e bem cuidados.

4.2. Pontos fracos

Consideram-se pontos fracos, todos os atributos da organização que prejudicam o cumprimento dos seus objetivos, sendo de referir os seguintes:

- consolidação, ainda pouco eficaz, do processo de autoavaliação interna como instrumento de autorregulação;
- níveis de insucesso interno em algumas disciplinas;
- baixas taxas de qualidade do sucesso;
- casos de incumprimento de regras básicas de conduta social, fora e dentro da sala de aula;
- incidentes de carácter disciplinar aliados a comportamentos desajustados/agressivos;
- reduzido empenho dos alunos no seu processo de aprendizagem e falta de hábitos de trabalho;
- desvalorização do papel da escola por parte dos alunos;
- fraca articulação interdepartamental e entre os diversos níveis de educação e de ensino;
- insuficiente valorização das estruturas e lideranças intermédias;
- sobrecarga de trabalho burocrático;
- perda de identidade preexistente dos estabelecimentos de ensino resultante da recente agregação de escolas;
- escassez de técnicos superiores no Serviço de Psicologia e Orientação;
- falta de recursos humanos.

4.3. Oportunidades

Consideram-se oportunidades as condições ou possibilidades externas à organização que poderão favorecer o cumprimento dos seus objetivos. Consideram-se pertinentes, as seguintes:

- existência de Associações de Pais e Encarregados de Educação;
- envolvimento dos pais e encarregados de educação e da comunidade local na vida do Agrupamento;
- existência de vários projetos locais, nacionais e internacionais;
- elaboração de protocolos/parcerias, com vista à melhoria da qualidade do serviço prestado;
- diálogo e articulação com parceiros institucionais;
- candidaturas a projetos financiados pelo Fundo Social Europeu;
- abertura da autarquia no apoio ao funcionamento do Agrupamento;

- política da autarquia para a educação e cultura;
- disponibilidade de empresas/postos de trabalho para estágios profissionais;
- integração na vida ativa/formação profissional dos alunos com currículos específicos individuais;
- criação da Associação Empresarial da Serra da Lousã.

4.4. Ameaças/constrangimentos

Consideram-se ameaças/constrangimentos as condições ou possibilidades externas à organização, que poderão ameaçar o cumprimento dos objetivos e das quais se salientam as seguintes:

- heterogeneidade nos perfis socioeconómicos e culturais dos agregados familiares dos alunos;
- redução significativa do número de alunos;
- aumento do número de alunos, por turma;
- diminuição das disciplinas de opção, no ensino secundário, face aos normativos de constituição de turmas;
- baixo nível socioeconómico e cultural dos agregados familiares de muitos alunos;
- aumento do número de famílias disfuncionais;
- pouca participação dos pais/encarregados de educação no processo educativo dos alunos mais problemáticos;
- reduzidas expectativas dos pais/encarregados de educação e alunos relativamente ao futuro académico e profissional;
- conjuntura nacional de crise que origina desemprego ou precariedade laboral conducentes a uma rutura com a escola;
- número insuficiente de trabalhadores não docentes;
- falta de técnicos/terapeutas para os alunos com necessidades educativas especiais;
- perda progressiva da autoridade do professor;
- gradual envelhecimento do pessoal docente e não docente;
- insatisfação do pessoal docente e não docente face a algumas políticas educativas e ao atual contexto socioeconómico;
- escassez de recursos económicos para o desempenho da missão do Agrupamento.

5. Princípios orientadores/metas e objetivos

Pretende-se que as opções aqui assumidas deem corpo à ideia de uma educação para a inclusão, para o sucesso e para a cidadania, perspetivando o desenvolvimento local e regional, estabelecendo-se os seguintes princípios orientadores/metas e os objetivos tendentes à sua prossecução:

5.1. Princípios orientadores/metas

A – Promover o sucesso escolar e o combate ao abandono escolar.

B – Educar para a cidadania na perspetiva da promoção da Saúde, preservação do Ambiente, Inclusão e Participação Cívica.

C – Qualificar e certificar jovens e adultos para a integração na vida ativa.

D – Reforçar a interação Escola/Meio.

E – Promover e diversificar a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

5.2. Objetivos

A - Promover o sucesso escolar e o combate ao abandono escolar

- valorizar o sucesso dos alunos;
- assegurar a educação inclusiva;
- despistar casos problemáticos de aprendizagem e de integração;
- desenvolver mecanismos de apoio personalizado ao longo da vida escolar;
- prevenir o abandono escolar e a desistência à conclusão do ensino secundário;
- desenvolver uma cultura assente nos princípios da disciplina, da tolerância, da compreensão do outro, do respeito pela diferença, do trabalho e da responsabilidade;
- rentabilizar o material pedagógico, audiovisual e informático;
- promover o sucesso educativo dos alunos através do trabalho realizado pela e com a Biblioteca Escolar;
- utilizar plataformas eletrónicas como instrumentos de aprendizagem e comunicação entre os diversos intervenientes da comunidade educativa;
- promover a Língua Portuguesa;
- valorizar a cultura científica das diversas áreas do saber;
- fomentar o trabalho colaborativo e a interação de todos os intervenientes no processo ensino-aprendizagem;

- promover a articulação curricular entre ciclos de ensino;
- promover condições para a formação de professores nas diferentes áreas científicas e didático-pedagógicas;
- definir uma política de controlo da indisciplina e reforço da autoridade docente e não docente;
- estimular o gosto pelo saber, o espírito crítico, a criatividade e a autonomia dos alunos;
- generalizar a cultura de autoavaliação nos vários setores de atividade escolar.

B - Educar para a cidadania na perspetiva da promoção da Saúde, preservação do Ambiente, Inclusão e Participação Cívica

- formar cidadãos empenhados na construção da sociedade atual;
- incutir princípios e valores de cidadania, democracia e inclusão;
- promover o respeito mútuo, a cooperação, o civismo e a solidariedade entre todos;
- promover práticas de inclusão, respeito pela diferença e contextos de aprendizagem para todos e para cada um;
- educar para a segurança, promovendo comportamentos de prevenção;
- prevenir a violência e a exclusão social;
- facilitar a integração de indivíduos de diferentes línguas, religiões e culturas;
- respeitar o direito às diversas convicções políticas e ideológicas, à identidade pessoal e à integridade física e psíquica dos indivíduos;
- sensibilizar para a valorização e preservação do património cultural e ambiental;
- motivar a comunidade escolar para a redução, reutilização, reciclagem e recuperação dos materiais na promoção de um melhor ambiente;
- fomentar o respeito pelo espaço e material escolar;
- preservar as zonas verdes na Escola;
- promover estilos de vida saudável;
- contribuir para a tomada de decisões saudáveis na área da sexualidade.

C - Qualificar e certificar jovens e adultos para a integração na vida ativa

- diversificar a oferta educativa da escola;
- possibilitar a educação e formação de todos os jovens;
- elevar o nível de qualificação da população adulta;

- conjugar a oferta educativa da Escola com as necessidades de emprego do concelho e retomar a formação de adultos;
- promover a educação para a empregabilidade, inovação e empreendedorismo;
- dinamizar estratégias motivadoras conducentes à finalização do curso.

D - Reforçar a interação Escola/Meio

- fomentar a participação efetiva de todos os intervenientes da comunidade educativa;
- promover o convívio entre os elementos da comunidade escolar;
- incentivar o envolvimento dos encarregados de educação no processo educativo;
- manter o bom relacionamento com as Associações de Pais e Encarregados de Educação;
- facilitar a circulação da informação entre todos os agentes escolares;
- envolver os diferentes agentes sociais, económicos e culturais, nomeadamente, Autarquia, Instituições e empresas diversas como parceiros indispensáveis à melhoria da qualidade do ensino;
- reforçar parcerias e protocolos com instituições cooperantes com a comunidade escolar.

E - Promover a qualidade dos serviços prestados à comunidade

- motivar o pessoal docente e não docente para um melhor e mais eficaz desempenho;
- proporcionar atualização e formação profissional;
- melhorar a comunicação entre serviços e a comunidade;
- promover e divulgar os serviços prestados junto da comunidade local e regional;
- assegurar uma organização racional dos serviços;
- monitorizar sistematicamente o trabalho realizado;
- estabelecer horários de funcionamento convenientes a toda a comunidade educativa.

5.3. Medidas a adotar para a consecução dos princípios/metasp e objetivos propostos

A - Promover o sucesso escolar e o combate ao abandono escolar

- Monitorização, sistemática, dos resultados escolares, para a elaboração de planos de melhoria.
- Cooperação entre os departamentos e a Biblioteca Escolar.
- Implementação de articulação curricular entre as etapas/ciclos do processo educativo formal.
- Promoção de hábitos de leitura.

- Reforço das parcerias e de protocolos para o acompanhamento dos jovens em risco e exclusão social.
- Ação preventiva e articulada dos docentes e diretores/titulares de turma, no que respeita ao acompanhamento dos alunos, com as famílias e estrutura comunitária, designadamente a CPCJ Lousã.
- Diversificação da oferta formativa nos ensinos básico e secundário.
- Reconhecimento, em cerimónia pública, dos alunos que se evidenciam pelo seu desempenho académico, desportivo, cultural e social.
- Manutenção e divulgação do quadro de mérito.
- Manutenção do concurso “Interturmas” visando distinguir as melhores turmas do ensino básico, em termos de sucesso e comportamento.
- Identificação e resolução das necessidades específicas de formação dos Departamentos.
- Incremento da participação dos encarregados de educação em atividades de incentivo à leitura, aproveitando atividades como a Festa do Livro e do Saber e a dinamização da Biblioteca, incentivando a requisição de livros para leitura conjunta.
- Maior utilização da Internet como recurso educativo e meio de acesso à cultura.
- Apoio às iniciativas de professores e alunos na organização de conferências e exposições temáticas, ateliês e oficinas de trabalho.
- Elaboração de percursos individualizados em função do perfil dos alunos.
- Implementação de metodologias de diferenciação pedagógica, na sala de aula.
- Incentivo à participação em concursos, projetos destinados a alunos, com o apoio dos Departamentos.
- Melhoria das condições de apoio aos alunos com necessidades educativas especiais.
- Promoção da adesão dos alunos a clubes e outras atividades extracurriculares.
- Intervenção em grupo junto dos alunos de risco (comportamento desviante, indução de substâncias prejudiciais à saúde, comportamentos agressivos, risco de absentismo).
- Orientação escolar e profissional aos alunos, envolvendo toda a comunidade escolar e a família.

B - Educar para a cidadania na perspetiva da promoção da Saúde, preservação do Ambiente, Inclusão e Participação Cívica

- Manutenção do funcionamento dos Planos de Segurança nas Escolas.

- Promoção de atividades suscetíveis de contribuir para a criação de uma cultura de escola alargadas a toda a comunidade educativa, onde sejam focados temas relevantes para o desenvolvimento de uma cidadania responsável.
- Diversificação das ações de natureza extracurricular.
- Manutenção dos projetos em curso de âmbito nacional (DE, PPES, PNL, PNC, ...) e adesão a novos projetos.
- Participação em projetos no âmbito da solidariedade e voluntariado.
- Promoção de ações de divulgação das normas de funcionamento (Regulamento Interno, códigos de conduta).
- Responsabilização dos diversos intervenientes no cumprimento das normas estabelecidas.
- Manutenção dos projetos Gabinete de Apoio ao Aluno, Gabinete do Aluno e do Gabinete de Apoio ao Jovem, para a regulação de comportamentos.
- Realização de reuniões com delegados de turma e associação de estudantes para auscultação de problemas e difusão de informação.
- Realização de reuniões com as Associações de Pais e Encarregados de Educação.
- Participação dos alunos e dos encarregados de educação em atividades de sua iniciativa a integrar no PAA.
- Planificação de atividades de complemento curricular.

C - Qualificar e certificar jovens e adultos para a integração na vida ativa

- Envolvimento da Escola com a Comunidade local e regional, nomeadamente através de parcerias orientadas para a vida ativa.
- Divulgação das ofertas formativas e respetivas saídas profissionais.
- Flexibilização dos currículos tendo em vista a inserção na vida laboral.
- Dinamização de ações de orientação e integração no mundo de trabalho.
- Criação de novos cursos profissionais adequados à procura e necessidades regionais.

D - Reforçar a interação Escola/Meio

- Dinamização de ações/intervenções junto da comunidade.
- Realização de atividades culturais, desportivas e recreativas que motivem a vinda à escola dos pais e de outros elementos da comunidade.
- Valorização do exercício da função do diretor/titular de turma na relação com o exterior.
- Rentabilização do sítio do AEL como meio de comunicação entre todos os intervenientes da comunidade educativa e divulgação junto da comunidade local.

- Realização regular de reuniões com os encarregados de educação.
- Ampliação das parcerias e protocolos existentes com os agentes socioeconómicos da região promovendo, sempre que possível, projetos conjuntos.
- Divulgação de notícias relevantes do AEL nos meios de comunicação social locais e regionais.

E - Promover a qualidade dos serviços prestados à comunidade

- Divulgação dos serviços de apoio a todos os agentes escolares.
- Criação de um plano de formação interno direcionado a todos os elementos da comunidade educativa.
- Beneficiação e preservação dos recursos físicos e dos equipamentos.
- Alargamento e adequação dos horários de funcionamento dos serviços convenientes a toda a comunidade escolar.
- Constituição de uma equipa de autoavaliação que permita, de forma consistente e sistemática, recolher evidências factuais de desempenho e possibilite a definição de estratégias de melhoria.
- Disponibilização dos espaços físicos do Agrupamento para a realização de atividades que se relacionem com o projeto educativo, por entidades exteriores.
- Criação de um eficiente circuito de comunicação interna e externa de informação relevante.

6. Parcerias

A Escola, enquanto organização, que pretende ser aberta e integradora da diversidade tem, necessariamente, de constituir-se e construir-se como um processo partilhado, assente em redes de trabalho colaborativo. Assim, o Projeto Educativo deve alicerçar a sua ação educativa numa rede de parcerias locais, regionais, nacionais e internacionais, promotoras de inter-relações geradoras de sinergias e capazes de fazer surgir projetos inovadores e de sucesso.

Nesse sentido, este Projeto Educativo pretende manter e aprofundar as interações enriquecedoras de vivências pedagógicas com os diferentes parceiros.

7. Avaliação

A avaliação qualitativa e quantitativa do Projeto Educativo, efetuada pelo Conselho Geral, deve ser permanente e interativa e considerar os seguintes indicadores:

- Taxa de retenção/transição;
- Taxa de Abandono;
- Taxa de Assiduidade;
- Taxa de participações disciplinares;
- Taxa de participação dos pais e encarregados de educação na vida da Escola;
- Taxa de requisição de livros;
- Relatórios de Direção de Turma;
- Relatório de Projetos;
- Relatórios das Unidades Especializadas;
- Relatório de autoavaliação da Biblioteca Escolar;
- Atas;
- Relatórios dos serviços, departamentos e estruturas;
- Inquéritos de satisfação;
- Relatório da Equipa de autoavaliação interna;
- Dados relativos ao acesso ao ensino superior.

A avaliação deve ter em conta o processo de elaboração e grau de consecução do Projeto, a sua relevância e impacto. Deve ser conduzida no sentido de melhoria de práticas e apresentação de recomendações. Deve envolver toda a Comunidade Educativa.

Com efeito, a avaliação possibilita aferir o que se vai executando, nomeadamente no que respeita ao modo como as estratégias estão a ser implementadas ou à forma como a execução do Projeto está a ir ao encontro dos desafios formulados.

Assim, a avaliação do Projeto Educativo deve contemplar duas dimensões: o desenvolvimento do próprio projeto e os resultados alcançados.

Este acompanhamento permitirá proceder às alterações consideradas necessárias, para que o Projeto Educativo mantenha a sua relevância e atualidade.

8. Divulgação

A divulgação do Projeto Educativo do AEL é essencial à prossecução dos objetivos exarados. A comunidade educativa deve conhecê-lo, intervir com a apresentação de propostas de alterações e participar na sua avaliação. Para tal, o presente documento deve ser divulgado junto:

- dos docentes, através dos Coordenadores de Departamento/Representantes de Grupo e do Conselho Pedagógico;
- dos alunos, através dos Diretores de Turma e dos Delegados de Turma;
- dos não docentes, através dos seus representantes nos órgãos de gestão;
- dos encarregados de educação, através das Associações de Pais e Encarregados de Educação e dos seus representantes nos órgãos de gestão;
- da autarquia, empresas e demais instituições locais com representação no Conselho Geral;
- da comunidade local, através da sua divulgação no sítio da Internet do AEL.

Aprovado pelo Conselho Geral, em 28 de abril de 2016.

A Presidente do Conselho Geral

(Maria Odete Antunes)

9. Anexo

Anexo I - Critérios de Formação de Turmas

Na formação das Turmas, para além dos critérios de natureza pedagógica e das regras consignadas na legislação, aplicam-se, também, os seguintes critérios:

1. Seguir as orientações dos docentes Titulares de Grupo/Turma/ Conselhos de Turma e do Diretor de Turma;
2. Procurar um equilíbrio no que diz respeito ao sexo e nível etário dos alunos, de modo a garantir a homogeneidade;
3. Distribuir, equitativamente, os alunos repetentes pelas turmas, de acordo com as indicações dos Conselhos de Docentes/Conselhos de Turma;
4. Distribuir, uniformemente, os alunos com necessidades educativas especiais, de acordo com o tipo de necessidade que o aluno apresenta e o perfil da turma que o irá acolher, garantindo a sua integração e sucesso pleno de todos;
5. Na constituição dos grupos do Pré-escolar para além dos critérios referidos nos pontos anteriores, devem, quando possível, aplicar-se também os seguintes:
 - a) Manter as crianças no grupo do ano anterior;
 - b) Manter as ligações afetivas entre as crianças, nomeadamente quando provenientes da mesma instituição/ama e/ou laços familiares, sempre que possível.
6. Na constituição de turmas do 1.º ano devem respeitar-se:
 - a) Características de temperamento/personalidade das crianças;
 - b) Características de desenvolvimento global;
 - c) Equilíbrio no género;
 - d) Ligações afetivas entre todas as crianças, em especial as crianças com necessidades educativas especiais;
 - e) A constituição destes grupos é feita sob proposta dos Docentes do Pré-Escolar em articulação com os Coordenadores de Articulação Curricular do 1.º CEB.
7. As turmas do 1.º CEB, sempre que possível, devem ser constituídas por alunos de um só ano de escolaridade;
8. Na mudança do 1.º para o 2.º CEB, os Professores Titulares de Turmas sugerem grupos heterogéneos de alunos para a constituição da turma, no máximo de 8 por turma, tendo em atenção

as fichas de caracterização, o equilíbrio no número de alunos de sexos diferentes e a distribuição de alunos com Necessidades Educativas Especiais.

9. Respeitar, sempre que possível, as opções dos alunos no caso do 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário.

10. Na transição para o 2.º, 3.º, 4.º, 6.º, 8.º, 9.º, 11.º e 12.º anos, deve ser mantida, tanto quanto possível, a continuidade dos alunos na mesma turma no ano seguinte, a menos que exista indicação contrária do Professor Titular de Turma/Conselho de Turma, ou não seja realizável em termos organizativos face às opções da escola.

11. O encarregado de educação poderá, no prazo estipulado pelo Diretor, após a afixação das turmas, solicitar a transferência de turma do seu educando, devendo fazê-lo por escrito, fundamentando a razão do pedido;

12. Respeitar, sempre que possível, os pedidos formulados pelos encarregados de educação, desde que devidamente fundamentados e entregues dentro do prazo legal.

13. O Diretor poderá indeferir o pedido de transferência invocando razões de caráter pedagógico e do bom funcionamento da escola.

14. Serão liminarmente rejeitados todos os pedidos de transferência fundamentados em relações de amizade entre alunos.

15. Outros critérios necessários à formação de turmas são definidos pelo Conselho Pedagógico.

Aprovado pelo Conselho Geral, em 2 de novembro de 2017.

A Presidente do Conselho Geral

(Maria Odete Antunes)